

## **Subcomitê de Cooperação do Comitê Nacional de Facilitação do Comércio - CONFAC**

### **Ata da 8ª Reunião**

Às 15h do dia 16 de setembro de 2024, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, foi realizada a 8ª Reunião Ordinária do Subcomitê de Cooperação do Comitê Nacional de Facilitação do Comércio (CONFAC), em conformidade com o Decreto nº 11.717, de 28 de setembro de 2023, sob a presidência compartilhada da Diretora do Departamento de Promoção das Exportações e Facilitação do Comércio, da Secretaria de Comércio Exterior, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), e da Subsecretaria de Administração Aduaneira da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Fazenda.

Após as boas-vindas, a Presidência do Subcomitê de Cooperação saudou os representantes do setor privado, como convidados permanentes do Subcomitê de Cooperação do CONFAC e mencionou que a reunião estava sendo transmitida ao vivo pelo *YouTube*. A palavra foi passada para apresentação dos representantes do setor privado. Em seguida, passou-se aos tópicos da agenda.

#### **1. Acompanhamento da adesão dos órgãos anuentes de comércio exterior ao Portal Único**

A Secretaria de Comércio Exterior (Secex) destacou que este tema foi proposto como oportunidade para diálogo inicial sobre o acompanhamento da adesão dos órgãos anuentes ao Portal Único de Comércio Exterior. Ressaltou que este é o primeiro encontro com a participação do setor privado desde a publicação do novo Decreto em 2023, e que há expectativa de novas reuniões, incorporando sugestões desse setor na construção das pautas. A ideia é que o fórum funcione como um espaço de escuta mútua, com trocas de informações e sugestões, e não apenas para o anúncio de programas e iniciativas.

Ademais, foi destacado que o objetivo seria detalhar o acompanhamento da adesão dos anuentes, essencial para o desligamento gradual do antigo sistema, previsto para iniciar em outubro de 2024. Foi mencionado que, em dezembro do ano passado (2023), em evento na Casa Civil, foi firmado o acordo de adesão, assinado pelas autoridades máximas dos 17 órgãos anuentes. Ainda, foi apresentada planilha com o gráfico de progresso da adesão, destacando os principais órgãos anuentes por volume de comércio, como o Ministério da Agricultura, Anvisa, Ibama, Inmetro, entre outros, considerando tanto as categorias de produtos quanto o valor econômico dos processos anuentes.

Foi informado que, atualmente, 75% do progresso de adesão já foi alcançado, o que é acima da meta prevista para o fim de setembro, programada para 70%. A expectativa é alcançar 80% até o fim de outubro. Concluiu-se, ressaltando que todos os órgãos anuentes devem finalizar 100% da adesão até o fim de 2024, estando prontos para o cronograma de desligamento no início do próximo ano, quando o uso obrigatório do Portal Único se iniciará.

## **2. Apresentação do cronograma de migração do Siscomex DI para a Duimp do Portal Único**

Em seguida, a Receita Federal do Brasil (RFB) apresentou o cronograma de migração para a DUIMP. Foi frisado que o objetivo da migração é modernizar e tornar mais eficiente o processo de importação, respondendo ao pleito do setor privado e alinhando-se à necessidade de concluir o processo até dezembro de 2025, em função da reforma tributária que entrará em vigor a partir de 2026.

A estratégia de migração está dividida em fases, conforme detalhado. A primeira fase, que terá início em outubro de 2024, será realizada com um escopo pequeno e controlado, envolvendo o modal marítimo sem anuência. Essa etapa permitirá ajustar o sistema e garantir a preparação para o aumento progressivo da volumetria até o final de 2025. Logo, o cronograma inclui: (i) outubro 2024: início com o modal marítimo sem anuência, no estado do Rio de Janeiro, focando em operações de Recof; (ii) novembro 2024: expansão do Recof e inclusão do Repetro, agregando também outras Secretarias de Fazenda, excluído o estado de São Paulo, que ainda finaliza suas integrações; e (iii) dezembro 2024: Início da migração para Recof SPED e outras categorias.

Ao longo de 2025, serão agregados os modais aéreo e terrestre, além de categorias de produtos com anuência. A migração completa para a DUIMP está prevista para ser finalizada em dezembro de 2025. A participação ativa das secretarias de fazenda, especialmente no que diz respeito ao tratamento automatizado do ICMS, foi destacada como fundamental para o processo. Além disso, destacou a parceria com os bancos, que são responsáveis pela arrecadação de tributos relacionados às importações. Com 83% dos bancos já preparados e homologados, o sistema estará em produção a partir de 1º de outubro de 2024.

Destacou-se que esse esforço conjunto é um passo significativo em direção à uniformização dos meios de pagamento, um dos principais objetivos do Portal Único. Em resposta a questionamento do setor privado no que tange às Secretarias de Fazenda Estaduais, a RFB informou que elas estão disponibilizando informações sobre os procedimentos a serem realizados em seus sites e que será realizada uma nova reunião para discutir a possibilidade de divulgação centralizada no Portal Único para os importadores.

## **3. Apresentação da metodologia de acompanhamento das atividades do Plano de Trabalho do Confac**

A Secex procedeu à apresentação da metodologia de acompanhamento das atividades do Plano de Trabalho do CONFAC e mencionou a decisão de estender o prazo do plano, inicialmente previsto para ser bianual, até 2025. Em razão dessa extensão, ele vem sendo monitorado de forma contínua, e todas as atividades pactuadas estão sendo acompanhadas de maneira estruturada, com transparência e participação ativa de todas as partes envolvidas.

Foi apresentada ferramenta de acompanhamento das atividades, a qual foi desenvolvida com base em metodologias de gerenciamento de projetos, com o objetivo de capturar todas as demandas de melhorias e gargalos identificados pelo setor privado e pelos órgãos anuentes e agregar essas informações de maneira centralizada. Cada eixo do Plano de Trabalho é tratado como um projeto, com entregáveis, status,

órgãos responsáveis e prazos monitorados, o que permite uma visão clara e objetiva do progresso das medidas de facilitação de comércio.

O próximo passo é garantir que o setor privado tenha pleno acesso e possa colaborar com a ferramenta, fortalecendo a transparência e permitindo uma priorização conjunta das atividades, utilizando o Subcomitê de Cooperação como um espaço para discussão e ajustes das demandas. Essa abordagem conjunta visa otimizar o uso dos recursos e garantir que as medidas implementadas tragam a redução de custos e de tempos de operação, beneficiando o comércio exterior como um todo.

#### **4. Apresentação da nova versão da ferramenta Classif**

Em seguida, foi realizada apresentação detalhada sobre o sistema Classif, desenvolvido com base no Plano CONFAC de 2021. Ele busca universalizar o acesso à Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) e aprimorar a gestão de informações pelo governo. O Classif oferece uma solução moderna e abrangente para a consulta de códigos NCM, integrando diversas bases de dados, como o centro de classificação de mercadorias, a base do tratamento tributário, o sistema de Inteligência Artificial da Aduana, e o sistema Normas, que contém toda a base legislativa relevante. A ferramenta se destaca por proporcionar uma experiência de usuário ágil, segura e completa, permitindo a navegação, tanto por árvore de categorias, quanto por pesquisas diretas, seja por código ou por descrições de produtos.

Adicionalmente, o Classif possibilita acesso a notas legais e explicativas, decisões nacionais e internacionais, além de simular o tratamento tributário e administrativo aplicável a cada código. A apresentação destacou a capacidade do Classif de ser utilizado não apenas no comércio exterior, mas também em outras áreas, como no preenchimento de notas fiscais por pequenas e grandes empresas, oferecendo consultas detalhadas sobre NCMs para diversos setores. Ademais, o sistema permite pesquisas em uma vasta base de mais de 30 mil atos normativos, cobrindo todas as soluções de consulta da Receita Federal desde 2001.

Também foi ressaltado que o Classif está em constante evolução, com funcionalidades adicionais previstas para os próximos anos, como a integração com o ICMS, a evolução no tratamento tributário e a adaptação às reformas tributárias, como a CBS e o IBS. A interface da ferramenta já está preparada para essas futuras implementações, e o sistema é projetado para incorporar todas as alterações regulatórias até 2033. Além disso, foi enfatizado que o Classif é disponibilizado de forma gratuita para servidores públicos, importadores, exportadores e o público em geral, visando democratizar o acesso à informação oficial.

Durante a discussão, foi mencionada a necessidade de continuar evoluindo o tratamento tributário para oferecer uma experiência mais completa, incluindo a possibilidade de extração das alíquotas de tributos e a consulta às listas de ex-tarifários.

Finalmente, foi reforçado o convite aos participantes para utilizar a ferramenta e fornecer *feedback* por meio da pesquisa de satisfação, disponível em:  
[https://forms.office.com/pages/responsepage.aspx?id=TRzbwuYpMEOF4\\_tUt2lmaPP3LkmGdsxPrkpp4QDT7IVUMEpHT0IOUKVPUIfaWIRFODg3VjlwT1RGWi4u](https://forms.office.com/pages/responsepage.aspx?id=TRzbwuYpMEOF4_tUt2lmaPP3LkmGdsxPrkpp4QDT7IVUMEpHT0IOUKVPUIfaWIRFODg3VjlwT1RGWi4u).

## **5. Apresentação dos resultados do estudo das fronteiras do Mercosul**

Por fim, o Instituto Procomex apresentou os resultados do estudo sobre a gestão de fronteiras no Mercosul, realizado em parceria com o Banco Mundial. A pesquisa, que envolveu a participação de diversos atores do setor público e privado dos quatro países membros, identificou oportunidades de melhoria nos processos de controle fronteiriço. A decisão de conduzir o estudo se baseou na observação de que, apesar dos avanços tecnológicos na digitalização ao longo dos últimos 20 anos, a gestão das fronteiras internas do Mercosul não acompanhou essas inovações.

Embora marcos legais, como o Acordo de Recife, tenham sido estabelecidos e avanços significativos tenham ocorrido nas últimas décadas, o processo de integração ficou estagnado devido à falta de colaboração eficaz entre os Estados membros. O trabalho envolveu uma ampla participação do setor privado e das agências responsáveis pelas fronteiras, resultando em um relatório extenso com diversas recomendações em nível de Mercosul, nacional e local.

Para facilitar a análise, o Instituto Procomex desenvolveu uma ferramenta de *Business Intelligence*, que permite a filtragem das recomendações por diferentes critérios, como país, tema e nível de prioridade. Os participantes foram incentivados a explorar a ferramenta e a contribuir para a implementação das recomendações, visando a melhoria da eficiência e da segurança nas fronteiras do Mercosul. Também foi solicitada a disponibilização do relatório no site do CONFAC.

## **6. Encaminhamentos Finais**

Ao final da reunião, a Secex agradeceu a participação de todos os presentes e propôs que os perfis dos representantes do setor privado no Subcomitê fossem publicados no *site* do CONFAC, visando a uma maior transparência e colaboração. Foi solicitado que os participantes enviassem sugestões para a próxima reunião, que está prevista para ser realizada em meados de outubro. A CNI manifestou interesse em apresentar estudo sobre gestão coordenada de fronteiras. A reunião foi encerrada com agradecimentos e votos de bom trabalho.

## **Participantes**

Participaram da reunião representantes dos seguintes órgãos e entidades:

- Anvisa
- Câmara de Comércio Exterior (CAMEX)/MDIC
- Casa Civil da Presidência da República
- Ibama
- Ministério da Agricultura e Pecuária
- Ministério da Defesa
- Ministério das Relações Exteriores

- Receita Federal do Brasil
- Secretaria de Comércio Exterior/MDIC
- Associação Brasileira de Operadores Logísticos - ABOL
- Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados - ABTRA
- Associação das Empresas Usuárias de Recof e Oea - AER
- Associação de Mulheres Especializadas em Comercio Exterior - AMECOMEX
- Câmara Americana de Comércio para o Brasil - AmCham
- Confederação Nacional da Indústria - CNI
- Conselho Brasileiro das Empresas Comerciais Importadoras e Exportadoras - CECIEx
- Federação Nacional dos Despachantes Aduaneiros - Feaduaneiros
- Instituto Aliança Procomex
- Sindicato dos Despachantes Aduaneiros de São Paulo - Sindasp